



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
Gabinete Vereador Marcílio do HBE - PRD

PROJETO DE LEI SOB Nº 002/2024

AUTOR: VEREADOR MARCÍLIO DO HBE

Estabelece o disciplinamento do aluguel de guarda-sóis, cadeiras e mesas nas áreas litorâneas na faixa de areia das praias do município de João Pessoa e dá outras providências.

A Câmara Municipal De João Pessoa, **DECRETA:**

Art. 1º Esta lei estabelece as normas e condições para o aluguel de guarda-sóis, cadeiras e mesas nas áreas litorâneas na faixa de areia das praias do município de João Pessoa.

Art. 2º Fica proibido o aluguel de guarda-sóis, cadeiras e mesas sem a devida autorização da Prefeitura Municipal de João Pessoa nas áreas litorâneas na faixa de areia das praias deste município.

§ 1º - A autorização será concedida pela Prefeitura Municipal, podendo haver a cobrança de taxa a ser estipulada pelo órgão municipal competente.

§ 2º - O aluguel de guarda-sóis, cadeiras e mesas deverá ser feito exclusivamente por prestadores de serviço previamente cadastrados pela Prefeitura Municipal.

§ 3º - O cadastro dos prestadores de serviço deverá incluir informações sobre a quantidade de equipamentos disponíveis, condições de higiene, entre outras exigências estabelecidas pela legislação municipal.

Art. 3º Fica estabelecido um limite máximo de equipamentos para aluguel para a ocupação da faixa de areia por parte dos prestadores de serviço a ser determinado pela Prefeitura Municipal, de modo a garantir o livre acesso da população às praias e dispor da faixa de areia.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal deverá realizar estudos para determinar a quantidade máxima de guarda-sóis, cadeiras e mesas permitidos em cada trecho das praias, levando em consideração a capacidade de suporte ambiental e o conforto dos frequentadores.

Art. 4º Os equipamentos de aluguel deverão ser de qualidade e segurança, atendendo às normas estabelecidas pelos órgãos legais competentes.

§ 1º – o prestador de serviço de equipamentos de aluguel objeto desta lei, em hipótese alguma, inclusive de forma antecipada, deverá montar quaisquer materiais sem o devido pedido expresso do cliente.

§ 2º - A Prefeitura Municipal, mediante regulamentação específica, poderá determinar que o prestador de serviço fixe um número mínimo de equipamentos que poderão ser montados de forma antecipada e a disposição do cliente, bem como o local específico na faixa de areia.



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
Gabinete Vereador Marcílio do HBE - PRD

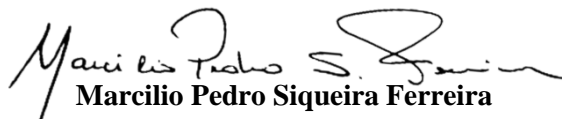
Art. 5º A fiscalização do cumprimento desta lei será realizada pelos órgãos competentes da Prefeitura Municipal de João Pessoa, como Sedurb, Seman, Guarda Municipal e Procon JP, podendo para o fiel cumprimento desta lei acionar as forças policiais.

Art. 6º O descumprimento das normas estabelecidas nesta lei acarretará em penalidades, que poderão incluir multas, suspensão temporária ou definitiva da autorização para o aluguel, conforme a gravidade da infração.

Art. 7º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua promulgação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2024


Marcílio Pedro Siqueira Ferreira
Vereador – PRD



Estado da Paraíba
Câmara Municipal de João Pessoa
Casa Napoleão Laureano
Gabinete Vereador Marcílio do HBE - PRD

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de lei visa estabelecer normas e regulamentações para o aluguel de guarda-sóis, cadeiras e mesas nas áreas litorâneas na faixa de areias das praias do município de João Pessoa, fundamentada em argumentos legais e sociais que visam o ordenamento e a preservação do espaço público, assim como o bem-estar dos cidadãos. Destacam-se os seguintes pontos de justificativa:

1. Ordem e Organização do Espaço Público:

- A legislação proposta busca assegurar a ordem e a organização nas áreas litorâneas, impedindo a montagem indiscriminada de equipamentos sem a devida autorização. Isso contribui para a preservação da estética do ambiente e para a garantia do uso democrático do espaço público por parte da população.

2. Proteção Ambiental e Sustentabilidade:

- Ao estabelecer limites para o número de equipamentos permitidos e proibir a fixação de estruturas danosas ao meio ambiente, o projeto busca garantir a sustentabilidade e a preservação dos ecossistemas costeiros, fomentando práticas mais responsáveis em relação à utilização das praias.

3. Promoção do Turismo Responsável:

- A regulamentação proposta contribui para a promoção de um turismo responsável, atraindo visitantes que respeitem as normas locais e as condições ambientais. Dessa forma, busca-se preservar a atratividade turística das praias de João Pessoa, promovendo o equilíbrio entre o lazer e a conservação.

4. Garantia da Segurança e Qualidade dos Serviços:

- O projeto estabelece requisitos para a qualidade e segurança dos equipamentos de aluguel, assegurando que estes atendam aos padrões estipulados pelos órgãos competentes. Isso visa proteger a integridade física dos usuários e promover um ambiente seguro e confortável nas praias.

5. Participação Ativa do Poder Público na Regulação:

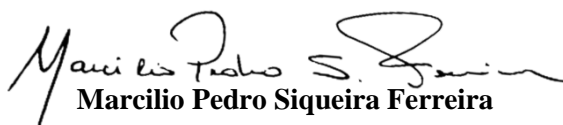
- A legislação proposta reforça a importância da participação ativa do Poder Público na regulação das atividades de aluguel, garantindo que as políticas estejam alinhadas aos interesses coletivos e à preservação dos bens públicos.

6. Geração de Recursos para Melhoria das Áreas de Lazer:

- A taxa sobre o aluguel de guarda-sóis, cadeiras e mesas, conforme estabelecido no projeto, contribuirá para a geração de recursos financeiros destinados à manutenção e melhoria das áreas de lazer nas praias, promovendo investimentos em infraestrutura para o benefício da comunidade local.

Portanto, a justificativa apresentada fundamenta-se na necessidade de promover a ordem, a sustentabilidade, a segurança e a qualidade dos serviços prestados nas áreas litorâneas do município de João Pessoa, garantindo o uso equilibrado e responsável desses espaços públicos tão valiosos para a população.

Sala das Sessões, 15 de janeiro de 2024.


Marcílio Pedro Siqueira Ferreira
Vereador – PRD